



Número: **0820569-16.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74939 68	22/04/2017 18:41	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
74939 71	22/04/2017 18:41	<a href="#">AÇÃO DE FRANCINILSON</a>	Outros Documentos
87052 59	13/07/2017 15:52	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
87056 90	13/07/2017 15:52	<a href="#">FRANCINILSON BRAGA.compressed</a>	Documento de Comprovação
95728 63	19/09/2017 10:59	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
12008 261	08/01/2018 14:54	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
12008 279	08/01/2018 14:54	<a href="#">requerimento administrativo de francinilson</a>	Documento de Comprovação
17492 232	09/11/2018 12:00	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
20491 578	11/04/2019 14:54	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
22437 588	09/07/2019 09:56	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25673 058	28/10/2019 14:05	<a href="#">Petição</a>	Petição
29435 261	26/03/2020 15:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

EM ANEXO





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA  
Av. Diógenes Chianca, 1777  
Água Fria - CEP 58053-900  
João Pessoa - PB

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 704/046, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1530662, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **FABRICIO ALVES ALMEIDA JUNIOR** idade 15 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 10/12/2016, na R. Vitaliano Barbosa de Albuquerque, Bairro: Mangabeira - João Pessoa - aproximadamente às 19:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 17 de Abril de 2017.

Jefferson da Rocha Augusto  
Estatístico  
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto  
Matrícula: 67.155-6  
Coordenação do SAME  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB  
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



EM ANEXO



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Francinilson Braga de Figueiredo,  
nacionalidade: brasileira, Estado: Paraíba, civil: \_\_\_\_\_,  
Profissão: aux de menu, RG nº 7554478, CPF nº 951.989.204-44,  
residente e domiciliado R. Antonio Fernandes, nº 137,  
fone: 9 8748-3915 / 9 8840-2509

**OUTORGADO:** FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º 14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

**PODERES** : a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", em qualquer instância e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/ contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 30%(trinta por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

João Pessoa, 18 de Abri de 2017

FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Francinilson Braga Figueiredo, nacionalidade brasileiro,  
Estado civil casado, profissão aux. de manutenção, portadora da Cédula  
de Identidade 7554478, inscrita no CPF sob o  
n. 951.989.204-44, residente e domiciliada na  
Rua Antonio Fernandes, n. 137, bairro \_\_\_\_\_, na  
cidade de João Pessoa - PB, declaro que não posso suportar as  
despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio  
sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da  
gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da  
acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei  
sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299  
do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

João Pessoa, 18 de Abril de 2017

FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO





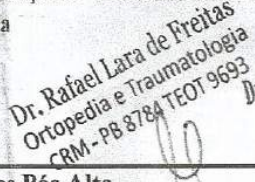
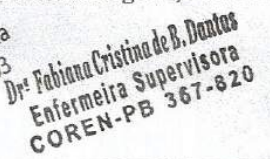




F(NG).LAB.007-1

Num. 8705690 - Pág. 3



			
FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO		N de BE:	
Idade:	Sexo:	Clínica:	Enf.: Leito:
Data de admissão: 04/02/2017		Alta: 13/03/2017	Tempo de Permanência:
Diagnóstico de Internação: FRATURA DE OLECRANO PO			
Diagnóstico Definitivo: Fratura complexa operada com dr ROBERTO SANTOS.			
Evolução:			
Principais exames: RX			
Cirurgia realizada – data e equipe: PO			
AO EXAME- SEM ALTERÇÕES DE ADM PRESERVAÇÃO DE TENDÃO EXTENSOR			
Anatomia patológica:			
Infecção: sim( ) não( ) Coleta de material: sim ( ) não ( )			
Resultado bacteriológico:			
Condições de alta: Melhorado( ) Removido( ) A pedido( ) Curado( ) Óbito( ) À Revelia ( )			
Resumo Clínico: historia evolução, terapêutica, complicações: Paciente em bom estado geral, EF: ferida cirurgica de bom aspecto, perfusão tecidual satisfatória			
<div style="text-align: right;">   </div>			
Orientações Pós Alta			
Dieta: Branda			
Repouso:			
Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão			
Medicações para casa: AINE + ATB + ANALGESICO + CURATIVO			
Retorno: VIDE CARTÃO			
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.			
Ao ambulatório _____ em 30 dias para revisão.			
13/03/17			
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINSTERIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.			







## ATESTADO MÉDICO



Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Francisco Pires do Figueiro portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, portador(a) da patologia CID-10 S40, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 (seis) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 03/04/12  
Arão S. de Alencar  
Ortopedista  
CRM-PA 1000 CON-PR-20057

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a) Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

F(NG).CC.003-1

DATA DE RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNOS	SALA
<u>20-03-12</u>	<u>Dr. Roberto Santos</u>	<u>12:00</u>	
<u>03/04/12</u>	<u>12:00</u>	<u>MTS</u>	
<u>03/04/12</u>	<u>12:00</u>	<u>MTS</u>	
<u>24/04/12</u>	<u>12:00</u>		

F(NG).APC.035-1





CRISTIANE  
BRAGA

HELENA

## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o(a) senhor(a),  
**FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO**  
foi submetido(a) hoje à cirurgia neste hospital, devido a enfermidade:

CID: S424

Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas  
atividades por um período de: 60 dias,  
a partir de 04/02/2017

Eu, **FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO**, solicito e  
autorizo o Dr. Rafael Lara a registrar o diagnóstico,  
através do CID e/ou por extenso, neste atestado médico.

FRANCINILSON B. DE FIGUEIREDO  
Assinatura do paciente ou responsável

João Pessoa, 13/03/17

Dr. Fabiana Cristina de B. Mendes  
Enfermeira Supervisora  
COREN-PB 367-820

F(NG).CC.003-1

Dr. Rafael Lara de Freitas  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - PB 8784 TEOT 9693



CRISTIANE  
BRAGA

HELENA

## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o(a) senhor(a),  
**FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO**  
foi submetido(a) hoje à cirurgia neste hospital, devido a enfermidade:

CID: S424

Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas  
atividades por um período de: 60 dias,  
a partir 04/02/2017

Eu, **FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO**, solicito e  
autorizo o Dr. Rafael Lara a registrar o diagnóstico,  
através do CID e/ou por extenso, neste atestado médico.

FRANCINILSON B. DE FIGUEIREDO  
Assinatura do paciente ou responsável

João Pessoa, 13/03/17

Dr. Fabiana Cristina de B. Mendes  
Enfermeira Supervisora  
COREN-PB 367-820

F(NG).CC.003-1

Dr. Rafael Lara de Freitas  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - PB 8784 TEOT 9693





DUTOCLIMA  
RUA ANTONIO FERNANDES, 137 - GROTAO  
JOAO PESSOA/PB CEP: 58000000 (AG 1)

Classe/Subclasse: COMERCIAL/OUTROS SERVIÇOS E TRIFÁSICO  
Roteiro: 13 - 2 - 477 - 5140  
Nº medidor: 00008248804

Referência: Fev/2017  
Emissão: 17/02/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
R. 25 - Castelo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 56071-690  
CNPJ 08.985.193/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001 018 127  
Código para Débito Automático: 00014397392

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1439739-2

Canal de contato

Fev/2017

Apresentação

17/02/2017

Data prevista da próxima leitura

22/03/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

10457023030183  
Insc. Est. 16.156.050

Faturas em atraso

27/01/2017 142,02  
29/12/2016 127,16

Histórico de Consumo (kWh)

Jan/17 207  
Dez/16 163  
Nov/16 134  
Out/16 163  
Set/16 168  
Ago/16 184  
Jul/16 137  
Jun/16 165  
Mai/16 178  
Abr/16 155  
Mar/16 123  
Fev/16 169

Média dos últimos meses

165

RESERVAÇÃO AO RISCO

1040.1c59.25b8.43dd.2f64.9ba4.339f.d040

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,55	0,00
DIC TRIMESTRAL	11,10	0,00
DIC ANUAL	22,21	0,00
FIC MENSAL	3,48	0,00
FIC TRIMESTRAL	6,97	0,00
FIC ANUAL	13,95	0,00
DMIC	3,20	0,00
DICRI	12,22	0,00

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	30,79	24,70
Compra de Energia	36,01	29,69
Serviço de Transmissão	2,11	1,69
Encargos Setoriais	12,09	9,76
Impostos Diretos e Encargos	43,06	35,02
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	124,66	100,00

Valor do EUSTI (Ref 12/2016) R\$ 42,44

ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima continue(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 01/03/2017. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconside-se essa restrição. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.

ENERGISA

PARAIBA

Roteiro: 13 - 2 - 477 - 5140  
Matrícula: 1439739-2017-02-0

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

24/02/2017

R\$ 124,66

83690000001-6 24660149000-5 14397392017-4 020000020019-4



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CAMARA - 13/07/2017 15:52:08

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17071315504173200000008522507

Número do documento: 17071315504173200000008522507

Num. 8705690 - Pág. 7



Vistos etc.

Intime-se a parte suplicante para, no prazo de quinze dias, colacionar aos autos a petição inicial, bem como o documento comprobatório de requerimento administrativo, sob pena de extinção.

João Pessoa, 19 de setembro de 2017



em anexo





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

# Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

- (/Pages A A
- /Acessibilidade.aspx)
- (/Pages
- /Atalhos-
- de Trabalho.aspx)
- COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

- Documentos Despesas
- Médicas (/Pages
- /Documentacao-
- Despesas-
- Medicas.aspx)
- Documentos Invalidez
- Permanente (/Pages
- /Documentacao-
- Invalidez-
- Permanente.aspx)
- Documento Morte
- (/Pages
- /Documentacao-
- Morte.aspx)
- Dicas Indispensáveis
- (/Pages/Dicas-
- Indispensaveis-
- Para-Pedir-
- a-Indenizacao.aspx)

## SINISTRO 3180004819 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO  
**COBERTURA** Invalidez  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB  
**BENEFICIÁRIO** FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO  
**CPF/CNPJ:** 95198920444

**Posição em 08-01-2018 15:24:41**  
Seu pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do seu processo é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
30/12/2017	Aviso de Sinistro	

PAGUE SEGURO

- Como Pagar (/Pages
- /Pague-Seguro.aspx)
- Consulta a Pagamentos
- Efetuados (/Pages
- /Consulta-
- a-Pagamentos-
- Efetuados.aspx)
- Informações Gerais
- (/Pages/Informacoes-
- Gerais-Sobre-
- o-Pagamento.aspx)





	Serviços	Dúvidas e Respostas	Atendimento
(https://novosite.seguradoralider.com.br)	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)</li> <li>› Consulte a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)</li> <li>› Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)</li> <li>› Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)</li> <li>› Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)</li> <li>› Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)</li> <li>› Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)</li> <li>› Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)</li> <li>› Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)</li> <li>› Autoatendimento (/Seguro-DPVAT/autoatendimento)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)</li> <li>› Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)</li> <li>› SAC DPVAT (/Contato/Sac-DPVAT)</li> <li>› Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)</li> <li>› Denúncia de Fraudes (/Contato/Denuncia-de-Fraudes)</li> </ul>

## Assine nossa Newsletter

Nome	E-mail	AC	Cidade	Enviar
------	--------	----	--------	--------

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CAMARA - 08/01/2018 14:54:38

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18010814540861400000011742312

Número do documento: 18010814540861400000011742312

08/01/2018 14:25

Num. 12008279 - Pág. 2



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**11ª Vara Cível da Capital**

*Vistos, etc.*

Defiro a justiça gratuita;

Recebo a inicial vez que presente os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC;

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, vez que se trata de ação de cobrança de DPVAT, onde a Seguradora somente concilia após realização de perícia, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calcado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF);

Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção);

Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como mandado.

Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.

*João Pessoa, 09 de novembro de 2018*

*Juíza de Direito.*





Poder Judiciário da Paraíba

11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

**Número do Processo: 0820569-16.2017.8.15.2001**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)**

**Assunto: [SEGURO]**

**Polo ativo: AUTOR: FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEIREDO**

**Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que deixo de cumprir com o despacho retro, haja vista não haver petição inicial nos autos, embora o autor, instado a acostá-la através do despacho de ID 9572863, não o tenha feito. Aliás, faço observar que não houve a intimação para tanto, mas o autor compareceu espontaneamente nos autos, acostando, ao que parecer, o documento comprobatório de requerimento administrativo, cuja juntada também se determinou. Pelo que, faço conclusos dos autos para deliberação do MM.Juiz.

JOÃO PESSOA, 11 de abril de 2019

SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**11ª Vara Cível da Capital**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0820569-16.2017.8.15.2001**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Intime-se a parte autora, no prazo de quinze dias, para colacionar nos autos a petição inicial, sob pena de extinção do processo.

JOÃO PESSOA, 3 de julho de 2019.

Juiz(a) de Direito



**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

**FRANCINILSON BRAGA DE FIGUEREDO**, brasileiro, solteiro, auxiliar de duteiro, titular do CPF nº 951.989.204-44, residente e domiciliada na Rua Antônio Fernandes, 137, Bairro do Cristo, João Pessoa- PB, vem por sua advogada que esta subscreve, devidamente constituída conforme instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** – DPVAT em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04** , companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

### **DOS FATOS**

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **D**



**EBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR – FRATURA DO OLEOCRANO**, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

## **II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:**

### **- Da Legitimidade Passiva -**

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida. Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.** (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.



### - Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.** (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

### - Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

### - Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à





desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

### **III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:**

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos**, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação**, em caso de eventual recurso.



f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$5.000,00(cinco mil reais).

**Nestes Termos,**

**Pede Deferimento.**

João Pessoa, 22 de Abril de 2017.

**FLAVIANA DA SILVA CÂMARA**

**OAB/PB 14.540**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**11ª Vara Cível da Capital**

*Vistos, etc.*

Defiro a justiça gratuita;

Recebo a inicial vez que presente os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC;

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, vez que se trata de ação de cobrança de DPVAT, onde a Seguradora somente concilia após realização de perícia, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calcado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF);

Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção);

Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como mandado.

Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.

